

EDITAL Nº 02/2019 – NÚCLEO REGIONAL DE ICATU

I PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008, bem como na **Resolução nº 008 – CSDPEMA, de 31 de maio de 2019**, resolve tornar pública a reabertura do I Processo Seletivo para admissão e formação de cadastro de reserva de estudantes em estágio não-obrigatório de Pós-Graduação em Direito, que atuarão no Núcleo Regional de Icatu da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, de acordo com a legislação vigente e as normas dispostas neste Edital e seus anexos.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 A coordenação, organização e aplicação deste processo seletivo ficarão sob a responsabilidade da comissão designada na **Portaria nº 1098/2019-DPGE**, sob a presidência do Coordenador do Núcleo de Icatu, Fábio de Souza Barreto, e assessoria dos do secretário de administração Daniel Gleydson Ramos Santos.

1.1.1 Nas ausências justificadas do presidente da Comissão do Processo Seletivo, a presidência caberá ao Servidor Daniel Gleydson Ramos Santos.

1.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este processo seletivo.

1.3 O termo de Compromisso celebrado entre a Defensoria Pública do Estado do Maranhão e o estagiário, com a interveniência obrigatória da Instituição de Ensino, será regido pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 e pela **Resolução nº 008 – CSDPEMA, de 31 de maio de 2019**, não havendo vínculo empregatício entre os mesmos.

1.4 Os estagiários receberão Bolsa Auxílio no valor de R\$1.379,00 (hum mil trezentos e setenta e nove reais) e Auxílio Transporte no valor de R\$52,00 (cinquenta e dois reais) **integralizando o total de R\$1.431,00 (hum mil quatrocentos e trinta e um reais)**, conforme disposto no art. 1º da Resolução nº 004/2019 – DPGE, na forma do art. 6ª, § 1º da **Resolução nº 008/2019 – CSDPEMA** com carga horária diária de 04 (quatro) horas e 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

1.5 O estágio terá duração de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, com exceção do estágio firmado com pessoa com deficiência, cuja renovação poderá ser prorrogado até a conclusão do curso ou colação de grau, conforme Resolução nº 008 – CSDPEMA, Art.8º §2º.

2 – DAS VAGAS, CURSO E LOTAÇÃO.

2.1 Será disponibilizada **01 (uma) vaga** para bacharéis em Direito que estejam cursando Pós-Graduação em Direito na data da convocação, para lotação no Núcleo Regional de Icatu, da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

2.2 A aprovação no processo seletivo não gera direito subjetivo à convocação.

2.3 Será formado um cadastro de reserva com os demais aprovados.

3– DAS INSCRIÇÕES.

3.1 As inscrições deverão ser efetuadas presencialmente, na sede do Núcleo Regional de Icatu, situado na Rua Avenida Joaquim Itapary, nº 421, Centro, Icatu-MA, no período de 18/11/2019, a partir das 08:00 horas, até às 16:00 horas do dia 06/12/2019.

3.1.2 Será permitida inscrição via email: nucleoicatu@ma.def.br . No entanto, não será permitida a inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 As informações adicionais ou esclarecimentos estarão disponibilizados na página virtual da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (defensoria.ma.def.br/seletivo);

3.1.4 O pedido de inscrição implicará aceitação, pelo(a) candidato(a), de todas as normas e condições do Edital.

3.2 Para inscrever-se, o candidato deverá comparecer no endereço acima indicado e:

- a) preencher a ficha de inscrição.
- b) apresentar um dos seguintes documentos originais com foto:
 - i. Cédula de Identidade –RG;
 - ii. Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
 - iii. Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - iv. Carteira Nacional de Habilitação

3.3 O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão nas informações prestadas na ficha de inscrição.

3.4 O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

3.5 Na data da convocação o candidato deverá estar matriculado em uma das instituições de ensino conveniadas para estágio de pós-graduação com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, sob pena de indeferimento e apresentar os documentos enumerados no item 13.3.

4– DA AVALIAÇÃO CURRICULAR. A APRESENTAÇÃO DO COEFICIENTE DE RENDIMENTO ACADEMICO. DA ENTREVISTA.

4.1 O processo seletivo será constituído de avaliação curricular e do Coeficiente de Rendimento Acadêmico, e de entrevista pessoal dos candidatos pelo Defensor Público Titular do Núcleo de Icatu.

4.2 Na avaliação curricular, serão adotados os seguintes critérios de avaliação: a) Experiência acadêmica; b) Experiência profissional; c) Participação em Cursos e

Seminários; d) Cursos de Pós Graduação.

4.3 Na entrevista pessoal serão analisadas: a) Capacidade de expor de maneira clara, objetiva e consistente as perguntas formuladas pelo Defensor Público; 2) Capacidade de argumentação diante das perguntas formuladas pelo Defensor Público.

4.4 O Currículo e o Coeficiente de Rendimento Acadêmico obtido pelo candidato junto a Instituição de Ensino Superior de sua formação, deverão ser entregues pelo candidato na data designada para a entrevista.

5 – DA DATA DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA E ENTREGA DO CURRÍCULO:

5.1 A data da realização da entrevista e entrega do currículo será a seguinte:

Data de Aplicação	Horários
10/12/2019	Início : 14h Término : 17h

5.2 A entrevista se dará por ordem de chegada ao Núcleo da Defensoria Pública de Icatu, situado na Rua Avenida Joaquim Itapary, nº 421, Centro, Icatu-MA

5.3 O candidato deverá comparecer portando o seu Currículo, que será entregue ao Defensor Público no momento da entrevista.

6 – DA CONTRATAÇÃO.

6.1 Para ingressar em estágio de Pós-Graduação em Direito na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, o candidato deverá:

- a) ter sido aprovado no processo seletivo;
- b) ser bacharel em Direito;
- c) estar regularmente matriculado em curso de Pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, em Direito;
- d) firmar termo de compromisso com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- e) comprovar, quando for o caso, estar em dia com as obrigações militares e no pleno gozo dos direitos políticos;
- f) apresentar, além de certificado de matrícula em curso de Pós-graduação, declaração de que pode dispor 20 horas semanais, de tempo suficiente para dedicação exclusiva ao estágio e atestado médico que comprove aptidão clínica para o exercício da função.

6.2 O curso de Pós-graduação em Direito deverá atender, ainda, às seguintes exigências:

- a) possuir carga-horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula;
- b) ser ministrado, de forma direta ou conveniada, presencial ou à distância, por instituição de ensino credenciada ou reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação;
- c) ter autorização e reconhecimento do Ministério da Educação.

6.3 Por ocasião da contratação deverão ser apresentados originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) CPF;

- b) Carteira de Identidade –RG;
- c) Comprovante de residência;
- d) Histórico escolar;
- e) Declaração de matrícula emitida pela instituição de ensino, contendo informações, sobre a carga horária prevista, a matrícula, o período cursado, a frequência regular e as datas previstas de início e término;
- f) Comprovante de quitação de obrigações militares e eleitorais;
- g) 2 Fotos 3x4;
- h) Diploma de bacharel em Direito, reconhecido pelo Ministério da Educação ou certidão de conclusão de curso;
- i) Declaração de não exercer, cumulativamente com o estágio, atividades concomitantes em outro ramo da Defensoria Pública, da advocacia, pública ou privada, ou o estágio nessas áreas, bem como o desempenho de função ou estágio no Poder Judiciário ou na Polícia Civil ou Federal;
- j) Certidões dos distribuidores criminais das justiças federal e estadual ou do distrito federal dos lugares em que haja residido nos últimos 5 anos, expedidas, no prazo máximo de 30 dias, respeitando o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;
- k) Em se tratando de indivíduo inscrito como pessoa que possui algum tipo de deficiência faz-se necessária a apresentação do laudo médico comprobatório;
- l) Comprovante de conta corrente;

6.4 Só serão admitidos como estagiários os estudantes de instituições de ensino conveniadas com a Defensoria Pública-Geral do Estado do Maranhão.

7 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

7.1 A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do processo seletivo, estabelecidos no presente Edital e na legislação pertinente.

7.2 A Comissão do Processo Seletivo não se responsabilizará por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

7.3 Após o encerramento do processo seletivo, as provas serão enviadas para o arquivo.

7.4 O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto à Defensoria Pública do Estado do Maranhão, após o resultado final.

7.5 A validade do presente processo seletivo será de 1 (um) ano, prorrogável, a critério da Defensoria Pública-Geral do Estado do Maranhão, por igual período.

7.6 A convocação para contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

7.7 Os casos omissos serão decididos pela Comissão do Processo Seletivo.

7.8 Caberá ao Defensor Público-Geral do Estado a homologação dos resultados deste

processo seletivo.

Publique-se e Cumpra-se.

Icatu/MA, 13 de novembro de 2019.

Fábio de Souza Barreto
Defensor Público/Presidente da Comissão